



DIÁRIO

da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

COMISSÃO PERMANENTE

ACTA DA REUNIÃO DE 13 DE OUTUBRO DE 1983

O Sr. **Presidente** (Fernando Amaral): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes membros da Comissão:

José Luís do Amaral Nunes (PS), vice-presidente.
Fernando Monteiro do Amaral (PSD), vice-presidente.
José Rodrigues Vitoriano (PCP), vice-presidente.
Fernando Domingos Lima R. de Oliveira (CDS), vice-presidente.
Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa (PS).
João Ferraz de Abreu (PS).
Carlos Cardoso Lage (PS).
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida (PS).
Luís Silvério Gonçalves Saias (PS).
Agostinho de Jesus Domingues (PS).
Jorge Alberto Santos Correia (PS).
Paulo Manuel de Barros Barral (PS).
Vitor Hugo de Jesus Sequeira (PS).
Nuno Aires Rodrigues dos Santos (PSD).
Leonel Santos Rita Pires (PSD).
Fernando dos Reis Condesso (PSD).
Fernando Cardoso Ferreira (PSD).
Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD).
Manuel Portugal da Fonseca (PSD).
José Augusto da Silva Marques (PSD).
Carlos Alberto de Brito (PCP).
Jerónimo de Sousa (PCP).
Jorbe Manuel Abreu de Lemos (PCP).
João António Gonçalves do Amaral (PCP).
António José T. Gomes de Pinho (CDS).
Tomás Rebelo do Espírito Santo (CDS).
José Luís Nogueira de Brito (CDS).
João Corregedor da Fonseca (MDP).
António Poppe Lopes Cardoso (UEDS).
Joaquim Jorge Magalhães Mota (ASDI).

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, os nossos trabalhos constam de um período de antes da ordem do dia, que, como sabem, é regimentalmente de 45 minutos.

Quanto ao expediente, há um voto de congratulação, apresentado pelo CDS, que é para ser apreciado no Plenário. Suponho não haver objecção quanto a isto.

Há também, apresentada pelo CDS, uma resolução sobre as audiências Sakharov. Vai proceder-se à sua distribuição e será apreciada no próximo Plenário.

O Sr. **Gomes de Pinho** (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Gomes de Pinho** (CDS): — Queria sugerir ao Sr. Presidente que, dada a oportunidade dessa matéria, uma vez que estão a decorrer as «Audiências Sakharov», se pudesse estudar a possibilidade de tal resolução ser ainda discutida no período de antes da ordem do dia desta reunião. Penso, aliás, que é uma matéria que pela sua natureza poderá gerar consenso e que haveria toda a vantagem em que pudesse ser hoje apreciada.

O Sr. **Presidente**: — Como não há qualquer objecção a este requerimento, ponho à consideração dos Srs. Deputados a apreciação da resolução.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Sr. Presidente, quanto a nós, sobram-nos algumas dúvidas relativamente à pertinência da votação de uma moção no período de antes da ordem do dia da reunião da Comissão Permanente. Em todo o caso, desde que fique perfeitamente estabelecido que isto não constitui uma interpretação prática do Regimento, não faremos oposição a que quem quiser votar o voto o faça e no momento próprio diremos o que temos a dizer a esse respeito.

Não faremos, portanto, obstrução, desde que fique claro que isto não constitui uma interpretação do Regimento e um precedente, relativamente ao período de antes da ordem do dia da reunião.

O Sr. **Presidente**: — Algum dos Srs. Deputados presentes pretende fazer mais alguma consideração sobre o assunto?

Pausa.

Pelo silêncio, entendo que poderemos entrar na apreciação desta resolução, com a reserva que foi feita pelo Sr. Deputado Carlos Brito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho, para proceder à leitura da referida resolução.

O Sr. **Gomes de Pinho** (CDS): — É do seguinte teor do texto da resolução:

Encontram-se reunidas em Lisboa as «Audiências Sakharov», tribunal de opinião que exprime o empenhamento de todas as forças democráticas na luta contra a violação dos direitos humanos, particularmente ofendidos na União Soviética e países aliados.

A sistemática violação da Declaração dos Direitos do Homem impede que os cidadãos desses países gozem das liberdades essenciais da pessoa humana e transforma milhares de intelectuais, artistas e trabalhadores que ousam lutar por esses direitos em candidatos certos aos hospitais psiquiátricos, à prisão e ao exílio.

Sakharov, Prémio Nobel da Paz, é o exemplo desta luta e como tal merecedor da nossa solidariedade militante.

A Comissão Permanente da Assembleia da República congratula-se pela realização em Portugal destas audiências e sublinha a sua esperança de que delas venha a resultar uma maior tomada de consciência sobre a gravidade da situação em que se encontram os cidadãos dos países totalitários, privados dos mais elementares direitos e impedidos de participarem no esforço colectivo pela construção da Paz.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Sr. Presidente estamos na convicção de que o que se pretendia votar era o voto de congratulação pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a Walesa.

Quanto a este, parece-nos que é de mais. Acaba de dar entrada, vota-se. Parece-nos de facto que é de mais.

O CDS já realizou a sua missão política, apresentou o voto, pode registá-lo e mandá-lo para a comunicação social. Mas é de mais votarmos imediatamente este voto.

Não nos oporemos, com as considerações que há pouco fiz, em relação ao outro voto que foi apresentado a semana passada e que estava agendado para a próxima reunião, que se poderia interpretar ser a de hoje.

Em relação a este, não damos o nosso consenso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos a ver que fomos vítimas de algum equívoco. Efectivamente

o Sr. Deputado fizera aquelas referências, mas em relação a este, porque o outro já estava ultrapassado.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Em relação ao outro, aceitamos que se vote com as reservas que fizemos.

Em relação a este, parece-nos uma violentação, por parte do CDS, da própria Comissão Permanente, uma vez que não há nenhum precedente de serem discutidos votos, e menos ainda de afogadilho. Chegar aqui, entregar o voto e votar é de mais!

O CDS pode reservar então os dois votos para o dia 17 e tem nessa altura uma sessão plena de votos. De contrário, parece-nos que é um bocado de exagero a manipulação da própria Comissão Permanente e da Assembleia da República para objectivos que são do CDS e eventualmente de outros partidos, mas que fogem completamente ao ritmo dos nossos trabalhos e aos nossos métodos democráticos de funcionar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, efectivamente, no início da sessão, foi apreciada a primeira hipótese, a que diz respeito à atribuição do Prémio Nobel. Perguntei se havia alguma objecção àquilo que fora decidido, no sentido de que tal voto fosse apreciado em Plenário. Perguntei se haveria objecções, não houve e foi decidido neste sentido que anunciei. O Sr. Deputado Carlos Brito, certamente ao ouvir agora esta minha segunda interpelação, julgou que eu me referia à primeira e fez a sua observação. Como eu julguei que era a moção que estava em causa, dei a palavra para proceder à sua leitura, com a reserva que o Sr. Deputado Carlos Brito houvera feito ...

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Certo!

O **Orador**: — De maneira que foi apenas uma falta de atenção na sequência dos trabalhos ...

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Sim, sim!

O **Orador**: — ... que teria levado a este incidente.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Pela nossa parte reconhecemos que houve essa falta de atenção. Pensamos que o CDS teria recorrido da interpretação que se tinha feito em relação ao primeiro voto, que aceitava que fosse votado em Plenário. Não compreendo é qual o motivo que leva o CDS a aceitar que o outro seja votado em Plenário e este não.

Quanto a tratar-se de uma questão de oportunidade, nisso não entramos.

Pensamos que se poderia ainda atender a que o outro voto — que é um voto que a Comissão Permanente já conhece, que foi apresentado na reunião anterior —, desde que ficasse bem entendido que isso não constituiria precedente, fosse agora votado por nós, muito embora o Regimento da Comissão Permanente seja omissivo quanto à possibilidade de serem votadas moções no período de antes da ordem do dia.

Quanto a este, entendemos que, ainda por razão mais forte, isto é, a de não termos conhecimento prévio do texto, de ser apresentado agora aqui de afogadilho, não deveria ser votado.

Não faremos nenhum obstáculo a que seja agendado para o dia 17 e que seja esta, portanto, a participação do CDS no período de antes da ordem do dia desse

dia. Tencionamos fazer uma outra intervenção nesse período, mas achamos muito bem que o CDS faça estas intervenções a propósito de Walesa e de Sakharov, o que lhe fica muito bem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. **Gomes de Pinho** (CDS): — Queria só esclarecer que procedi à leitura deste nosso voto na pressuposição de que o acordo que o Partido Comunista tinha dado abrangia esta matéria.

É evidente que, não havendo acordo do Partido Comunista, estamos inteiramente de acordo com a sua não discussão hoje e portanto será agendado para a próxima reunião plenária.

O Sr. **Presidente**: — Esclarecido que ficou, segundo suponho, este equívoco, o voto agora apresentado será apreciado no próximo plenário.

Quero informar que deu entrada o projecto de lei de enquadramento orçamental, apresentado pelo CDS, e também o projecto de lei sobre a mesma matéria apresentado pelo PCP.

Quanto à ordem do dia, haveria apenas que dar conhecimento das deliberações tomadas na reunião de líderes como acto preparatório para a próxima reunião da Assembleia da República, mas presumo que todos os Srs. Deputados, através dos respectivos líderes, já têm conhecimento do que se passou.

Se porventura os Srs. Deputados se não quiserem pronunciar sobre qualquer tema suscitado por essa reunião de líderes, darei por encerrados os trabalhos.

O Sr. **Gomes de Pinho** (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Gomes de Pinho** (CDS): — Sr. Presidente, queria, através da Mesa, perguntar ao Partido Socialista se já fez a entrega do projecto de lei quadro da criação de municípios. Nos termos da deliberação da conferência de líderes tinha ficado combinado que esse projecto — ou proposta, não sei bem — nos seria entregue até hoje, para permitir o agendamento e a discussão a partir da próxima segunda-feira. Não recebemos ainda nenhuma informação do Governo ou do Partido Socialista e, portanto, agradecia uma resposta sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Se me permite, perguntarei mesmo ao Sr. Deputado Walter Rosa, a quem agradecia o favor de responder.

O Sr. **Walter Rosa** (PS): — Respondendo então à pergunta do Sr. Deputado, direi que a lei quadro para a constituição de municípios está elaborada, está neste momento a ser objecto de uma leitura por parte de alguns colegas nossos, nossos representantes do Partido Socialista na Comissão Especializada de Autarquias e penso que dentro de 30 minutos deverá dar entrada na Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — A pergunta que queria colocar era essa mesma apresentada pelo CDS. A resposta não nos satisfaz inteiramente. Desejávamos que estivesse já na Mesa e que fosse aqui admitida, na reunião da Comissão Permanente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Walter Rosa.

O Sr. **Walter Rosa** (PS): — Se efectivamente é esse o entendimento dos outros grupos parlamentares, nessa altura tenho de pedir a suspensão desta sessão por alguns minutos, talvez por 15 minutos, para que se providencie no sentido de essa lei quadro dar entrada na Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. **Gomes de Pinho** (CDS): — Queria solicitar ao Partido Socialista uma informação, dado que não está aqui nenhum representante do Governo. Trata-se de um projecto de lei ou de uma proposta de lei?

O Sr. **Walter Rosa** (PS): — Penso que, na sua forma definitiva, se vai tratar de uma proposta de lei.

O Sr. **Presidente**: — Segundo julgo entender, o Partido Socialista pediria um intervalo de 15 minutos para dar tempo a que desse entrada essa proposta de lei, para que fosse distribuída e porventura dela fosse dado conhecimento.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Sr. Presidente, pela nossa parte não insistiríamos na formalidade de se interromper a reunião da Comissão Permanente e de aguardar esses minutos para que o Partido Socialista faça a apresentação. Só queria é lembrar que, tratando-se de uma proposta de lei, tem de ser aprovada em Conselho de Ministros e não sei se essa formalidade já está preenchida.

O Sr. **Walter Rosa** (PS): — Já está preenchida. Foi apreciada em Conselho de Ministros. Está aqui na Assembleia o Ministro da Administração Interna com essa proposta de lei que está a ser apreciada por alguns colegas nossos.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Então agradecemos que os serviços a façam chegar aos grupos parlamentares o mais rapidamente possível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. **Gomes de Pinho** (CDS): — Sr. Presidente, queria anunciar que o CDS vai apresentar — e supúnhamos ainda poder fazê-lo na reunião da Comissão Permanente, se ela não fosse tão rápida — um projecto de lei sobre a mesma matéria, que entregaremos na Mesa dentro de 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Se assim é, tenho de interromper efectivamente os trabalhos, a não ser que os Srs. Deputados, por consenso, achem que poderemos dar por acabada a reunião, como o compromisso de que

se faça depois a distribuição dos diplomas que agora aqui foram referidos. De contrário, temos de suspender os trabalhos por 15 minutos e depois anunciaremos os diplomas que foram aqui indicados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, não tenho nada a objectar à sugestão que o Sr. Presidente fez, com uma ressalva apenas: gostaríamos que os diplomas fossem entregues à Mesa se compromettesse agir em seguida e, em consequência, de forma pelo menos até às 18 horas ou 18 horas e 30 minutos serem fornecidas cópias desses diplomas aos grupos parlamentares. Caso contrário, o prazo possível para estudarmos é uma figura de retórica e na prática não temos nenhum se os diplomas acabam por ser distribuídos sexta-feira à tarde. Teríamos necessidade de ter cópia dos diplomas até às 18 horas ou 18 horas e 30 minutos. A partir daí, não temos objecção nenhuma, a que se encerre a reunião da Comissão e depois os interessados entregarão na Mesa os diplomas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa só poderá dar o aval aos compromissos tomados, quer pelo PS quer pelo CDS, de que efectivamente estarão em condições de poder satisfazer esses compromissos. Vou, portanto, perguntar ao Sr. Deputado Walter Rosa se pode assumir essa responsabilidade.

O Sr. Walter Rosa (PS): — Penso que sim, Sr. Presidente. Não há motivo para supor o contrário.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, se os compromissos assumidos são de molde a que dentro de 15 a 20 minutos tenhamos os projectos, então

preferiria que cumpríssemos aquilo a que somos obrigados ou seja, que a sessão não se encerrasse sem que a entrada dos projectos na Mesa fosse anunciada, sem embargo de nos chagarem à mão depois.

O Sr. Presidente: — Sem dúvida. Essa é a forma regimental e, nessa medida, estão suspensos os trabalhos por 15 minutos.

eram 16 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão. Os projectos de lei n.º 214/III e 215/III foram entregues à Mesa.

O Sr. Presidente: — Vou anunciar os diplomas que entraram na Mesa e que são os seguintes: projecto de lei n.º 214/III, apresentado pelo CDS, respeitante ao enquadramento do Orçamento; projecto de lei n.º 215/III, apresentado pelo PCP, que regula o procedimento para a elaboração do Orçamento do Estado e respectiva execução; projecto de lei n.º 216/III, da iniciativa do CDS, respeitante à lei-quadro da criação de municípios; projecto de lei n.º 217/III, apresentado pelo PS, sobre a criação do município de Vizela, e proposta de lei n.º 45/III, respeitante ao regime da criação de municípios.

Os projectos de lei n.ºs 214/III e 215/III baixaram à 5.ª Comissão e os restantes diplomas que anunciaram baixaram à 10.ª Comissão.

Penso que não há nada mais a tratar e portanto declaro encerrada a sessão.

eram 17 horas e 55 minutos.

Faltou à reunião o seguinte membro da Comissão:

Manuel Alfredo Tito de Morais (PS), presidente.